

Invisibilidades na cidade do Rio De Janeiro: pandemia e direito à educação nas favelas

Enio Serra

Professor, Facultad de Educación, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Correo electrónico: enioserra@ufrj.br

Roberto Marques

Professor, Facultad de Educación, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Correo electrónico: robertogeofe@gmail.com

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O CONTEXTO E A PANDEMIA NAS FAVELAS

No Brasil, a pandemia da Covid-19 tomou proporções de enorme tragédia com repercussões dramáticas na vida muitos brasileiros. Durante muitos meses, o país se posicionou no segundo lugar com o maior número de óbitos no mundo (mesmo com subnotificações) e o primeiro em número de óbitos por cada cem mil habitantes¹. A dimensão desses dados pode anunciar uma calamidade generalizada que teria atingido igualmente toda a população. No entanto, diante da extrema desigualdade social que a sociedade brasileira gerou e aprofundou ao longo de sua história, tal fato não passa de meia verdade.

Situação não exclusiva do Brasil, a pandemia, na verdade, agravou as desigualdades já existentes, já que, como lembra Harvey (2020, p. 16), “o impacto econômico e demográfico da disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico”. Por essa razão, tem sido comum a análise de que o avanço da Covid-19 expressa, segundo o mesmo autor, uma pandemia de classe, de gênero e de raça, em que os impactos e efeitos da doença são sentidos de forma mais grave e perversa entre as classes sociais subalternizadas e distantes dos direitos básicos de saúde, segurança alimentar e geração de renda.

O caso das favelas brasileiras chama a atenção por esse motivo. Identificadas institucionalmente como áreas urbanas de ocupações irregulares com carência de serviços públicos essenciais (IBGE, 2020), esses territórios abrigam parte significativa da população do país. Nesse contexto socioespacial já bastante difícil, o enfrentamento à pandemia tem se dado de forma quase invisível, tanto para o poder público quanto para boa parte da sociedade, o que faz com que seus moradores tenham que tomar iniciativas de combate aos efeitos da crise sanitária por conta própria e em diversas frentes. Dentre as muitas e graves questões que atingem essa parcela da população da cidade, o acesso à educação parece ser uma das que mais deveriam preocupar as autoridades, uma vez que a continuidade do processo de escolarização na pandemia depende, em larga medida, de condições básicas que estimulem as famílias a manterem as crianças e adolescentes nas escolas e não acentuem o quadro social desfavorável em que muitas se encontram.

Aqui, vale dizer que a escolarização não deve ser entendida de maneira restrita, como o atendimento às demandas *da* escola, mas nas possibilidades de usos sociais e políticos que os moradores das periferias fazem dos espaços das escolas. Essa apropriação é fundamental para compreendermos o papel social que elas desempenham nessas áreas para as populações que as habitam. Lembremos que as escolas públicas muitas vezes são os equipamentos estatais mais presentes nessas áreas, o que faz com que elas sejam, também, importantes espaços para a execução de políticas diversas, como seções eleitorais, distribuição de alimentos, campanhas de vacinação ou cadastramentos para políticas redistribuição de renda. Ou seja, se por um lado as escolas podem ser vistas como espaços de controle, de contenção e de violência simbólica associada a uma cultura específica, por outro e contraditoriamente, elas são os canais pelos quais os moradores das favelas acessam a institucionalidade com possibilidade de se apropriar, e produzir tensões, significações e usos.

Portanto, o presente texto focaliza o que vem acontecendo nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, que é segunda metrópole do país e centro urbano onde 19,3% de seus domicílios se encontram em favelas (IBGE, 2020). A maneira com que os moradores desses espaços vêm se organizando e lutando contra as consequências da pandemia, bem como a situação das escolas e do processo de escolarização nesse contexto a partir



da visão de alguns professores que ali atuam é o centro das preocupações e análises desenvolvidas². Cabe ressaltar que quando falamos, por exemplo, em formas de isolamento pautadas quase exclusivamente em isolamento social, esse “comando” tem significados diferentes de acordo com os cortes de classe, lugar e raça. Os moradores das favelas, pobres e majoritariamente negros, já convivem desde o nascimento com isolamentos sociais e restrições de circulação na cidade. Além disso, são eles e elas os trabalhadores e as trabalhadoras que sustentam os serviços básicos para dar suporte ao “isolamento social” sanitário das classes médias e elites. É com base nessas questões que buscamos compreender minimamente o que vem ocorrendo em áreas da cidade cuja população conta com poucas políticas que lhes garantam passar com alguma dignidade por medidas protocolares sociais necessárias para minorar a disseminação do vírus Sars-CoV-2.

SEGREGAÇÃO E PANDEMIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: AS FAVELAS POR ELAS MESMAS

As desigualdades sociais que têm marcado profundamente a formação do território e da sociedade brasileira talvez encontrem na cidade do Rio de Janeiro uma de suas maiores expressões espaciais. Ao longo de sua história, desde a sua fundação, no século XVI, à medida que a cidade ia crescendo e consolidando injustiças sociais em seu espaço geográfico, territórios desiguais foram igualmente produzidos – sendo o direito à moradia o mais imperioso deles e razão primeira de sua existência.

Tais territórios são denominados de diferentes formas em outras cidades brasileiras e em outros países. No Rio de Janeiro são chamados de *favelas* em alusão a uma das primeiras ocupações desse tipo surgida na virada do século XIX para o século XX. Espalhadas pelos morros, encostas, manguezais e margens inundáveis de rios (Figura 1), situadas em terrenos em litígio ou em propriedades públicas (Carlos, 2016), as favelas marcam a paisagem da cidade e ao mesmo tempo exibem e denunciam o processo de segregação socioespacial característico de metrópoles da periferia do capitalismo mundial.

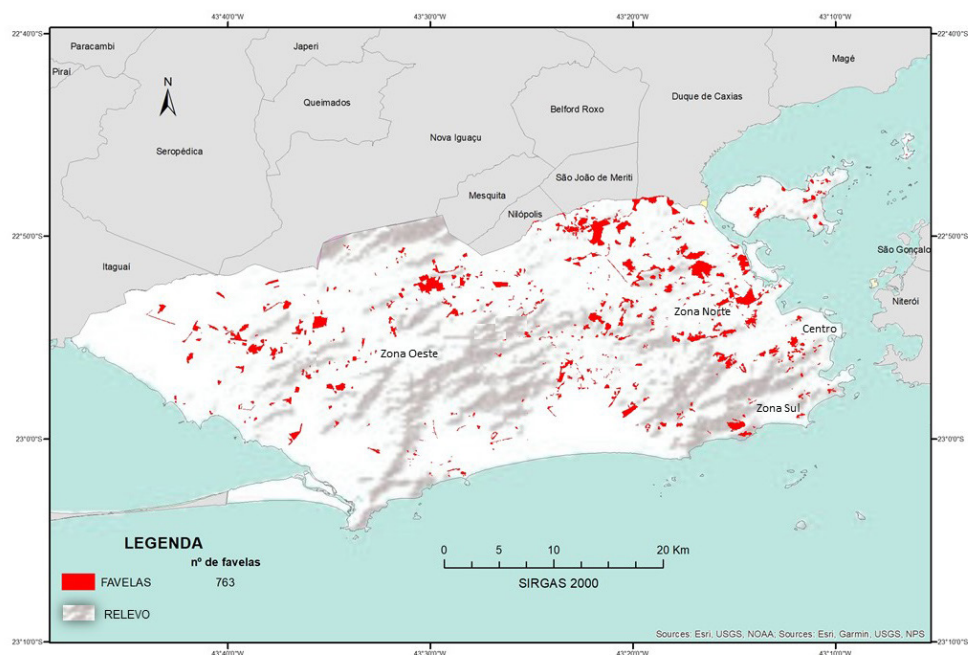


Figura 1: Localização das favelas na cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

Organizado por Emilio Reguera Rua.

Em função do caráter marginal atribuído institucionalmente a elas (com base nas demandas e interesses econômicos, e na visão de mundo próprios das elites e classes médias urbanas), as favelas sempre foram vistas como uma espécie de corpo estranho no espaço urbano, ou mesmo em oposição a ele (VALLADARES, 2005, p. 22-28). A esse “corpo estranho” ou “espaço estranho” se agrega uma imagem socialmente construída e que a identifica com o atraso e a carência, mas, também com a incivilidade. Uma imagem semelhante a que Frantz Fanon (2005) descreveu:

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a Medina, a reserva é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Ali nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. (FANON, 2005, p. 55-56)

Guardadas todas as particularidades, inclusive temporais, da Argélia de Fanon e do Brasil atual, o fato é que há uma construção social e espacial das desigualdades que tem raízes históricas profundas e que produz imagens sobre os espaços e os sujeitos. São imagens das favelas cariocas como locais essencialmente perigosos tanto



em termos de proliferação de doenças como no que se refere à execução de diversos tipos de crimes. A ideia de territórios sem lei e sem ordem permanece ainda hoje e o que se conseguiu de avanço mais recente em relação ao olhar externo às favelas, e com alguma repercussão na sociedade como um todo, é a denúncia das injustiças sociais e da destituição de direitos que nelas prevalecem. Nessa perspectiva, favelas são apenas territórios onde aparentemente o Estado não se faz presente. Ou, então, onde somente o “braço armado” e controlador do aparelho estatal, nas figuras das polícias, aparece levando mais violência e estigmatização aos seus moradores. Na verdade, não existe ausência do Estado, mas formas como este se faz presente, de maneira desigual no espaço urbano.

Acontece que essas leituras sobre as favelas, por mais que não sejam falsas, são incompletas, pois se fazem a partir do que lhe é externo e não dão margem para as falas dos sujeitos, muito menos para as suas razões e ações. Procuramos aqui exercitar um outro olhar sobre as favelas, construído com base na perspectiva de quem nelas vive e cotidianamente as incorpora à cidade não como territórios apartados, mas como territórios de sobrevivência, de solidariedade, de produção cultural e de saberes que compõem a metrópole. É dessa maneira que Barbosa e Silva (2013, p. 125) compreendem o fenômeno ao afirmarem que:

[...] longe de representarem territórios caóticos, sem lei e sem controle, que ameaçam a cidade – como afirmam os discursos mais conservadores – as favelas constituem experiências valiosas para repensar e refazer a cidade como um todo. As favelas são, na verdade, uma das expressões de maior vitalidade da vivência cotidiana dos pobres, em um permanente processo de ressignificar a cidade.

Tendo como perspectiva analítica o conceito de território usado preconizado por Santos (1999), para quem o território é constituído pelo uso social do substrato físico condicionado pela base técnica e pelas práticas sociais, os autores chamam a atenção para os sujeitos sociais que produzem as favelas “em suas práticas de construção do mundo da vida, do território como morada dos afetos, dos trajetos, dos saberes, dos sabores, dos fazeres de homens e de mulheres concreto(a)s em suas paixões, dramas e sonhos” (Barbosa e Silva, 2013, p. 118). Assim, contribuem para a superação de visões hegemônicas que invisibilizam a complexidade, a heterogeneidade, a “maximização das possibilidades econômicas, culturais e sociais, realizada pelos pobres, nos seus mais legítimos esforços para habitar a cidade” (p. 124). Dessa forma, as favelas deixam de ser encaradas como o “avesso da cidade”, locais de precariedades apenas, e passam a ser vistas como soluções encontradas pelos trabalhadores urbanos de baixa renda no enfrentamento das condições desiguais de vida resultantes da lógica privatista de instituir a política urbana, da destituição de direitos e da consequente segregação socioespacial.

O desafio posto a esses territórios pelos impactos da pandemia da Covid-19 só pode ser compreendido quando se permite o desvelar dessa dimensão invisibilizada das favelas, isto é, quando seus habitantes revelam as saídas encontradas para o enfrentamento de uma situação dramática em que, uma vez mais, pouco encontraram amparo nas políticas públicas. A invisibilidade e a incompreensão da favela real, vivida cotidianamente, dificulta, por exemplo, o entendimento de que “ficar em casa”, mote das campanhas de apelo ao distanciamento social com vistas ao estancamento da disseminação do novo coronavírus, tem significado particular para os moradores desses espaços populares. Isso porque, assim como para populações camponesas e povos tradicionais, “casa” tem um sentido diferente para as classes populares quando comparado àquele atribuído pelas classes médias e elites urbanas (Comerford, 2020).

No caso das favelas, “casa” não significa apenas residência. Sua função é alargada e, segundo Barbosa e Silva (2013, p. 123), pode significar oportunidades de geração de renda como “pequenos negócios de origem familiar, que se mantêm graças ao mercado local constituído na própria favela”, já que é assim que muitos trabalhadores conseguem driblar situações de desemprego, salários baixos e racismo estrutural, além de criar o que os autores chamam de mercado socialmente necessário de trabalho, de bens e de consumo. Comerford (2020, p. 139) ainda chama a atenção para outra dimensão da casa em espaços populares, dessa vez mais coletiva. Para o autor:

[...] a “casa” não é o espaço isolado de uma “família nuclear” em sua intimidade, mas um nó de uma configuração mais ampla, uma organização dinâmica onde cada “casa” está sempre em processo mais ou menos coletivo de construção, por onde pessoas circulam e compartilham recursos, oportunidades, espiritualidade, a criação das crianças e o apoio aos jovens e velhos, criando um sentimento de pertencimento e de “sentir-se em casa” que se manifesta em “saudades” quando se está distante. Tudo isso sem que deixem de ser significativos os limites entre as casas e famílias que compõem a configuração, ou as diferenças entre famílias e indivíduos, com suas trajetórias e pesos sociais distintos dentro de cada configuração.

Essas maneiras de ser e viver os espaços das favelas parecem exercer papel importante e crucial na mitigação de situações difíceis por que passam seus moradores. Com a pandemia não seria diferente. E se as características e significados das casas extrapolam o isolamento e a intimidade familiar, gerando preocupações e dificuldades em manter o distanciamento social, foram exatamente esses atributos que contribuíram para que ações organizadas pudessem acontecer em muitos desses territórios e atenuassem os duros efeitos da pandemia. Ainda para Comerford (2020, p. 146), “o conhecimento da situação local através de amplas redes de contatos, a experiência com processos de mobilização e a coragem e disposição de luta são evidentemente recursos



absolutamente fundamentais para situações como a atual, de enfrentamento da Covid-19.” E foi basicamente apenas com esses recursos, sem a ação efetiva do Estado, que os trabalhadores moradores das favelas tiveram que contar para enfrentarem um dos prováveis maiores desafios de suas vidas.

ORGANIZAÇÕES E FORMAS DE ENFRENTAMENTO: AS FAVELAS EM MOVIMENTO

Mobilizados por movimentos comunitários e sociais, tais recursos foram desenvolvidos, segundo Fleury e Menezes (2020), através de diferentes formas de ação que incluíam desde a garantia da subsistência e a comunicação comunitária até a prevenção, a produção de mapeamentos e dados, a veiculação de críticas ao poder público e a produção de planos de ação. Quanto à organização das ações, as autoras identificaram três tipos básicos, sendo uma delas a formação de frentes e gabinetes de crise e as outras duas relacionadas a ações múltiplas, não necessariamente unificadas no mesmo território, e ações pontuais, essas menos institucionalizadas.

Nesse sentido, ações importantes vêm sendo empreendidas por organizações construídas nas próprias favelas, muitas vezes articuladas com instituições e agentes nacionais e internacionais diversos, como é o caso do Observatório de Favelas, uma organização da sociedade civil voltada para a produção de conhecimento e levantamento de dados sobre as favelas e as periferias da cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de acompanhar e incidir sobre as políticas públicas direcionadas a esses territórios. Essa organização foi criada em 2001, “[...] como um programa do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), com atividades apoiadas em dois eixos: pesquisa e formação, inicialmente na perspectiva de produzir conhecimentos que permitissem um novo olhar sobre as favelas e outros espaços populares”³. No atual momento da pandemia, as pesquisas desenvolvidas por essa entidade têm sido fundamentais para conhecermos as feições e os desdobramentos do espalhamento do coronavírus nessas áreas, bem como para os seus moradores planejarem ações de enfrentamento da questão sanitária.

Ao quantificar as atuações dos agentes no momento atual, estudo realizado pelo Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (Braga et al., 2020) apontou a existência de diferentes coletivos que criaram e desenvolveram ações de enfrentamento à pandemia nas diversas favelas da cidade (Figura 2). Segundo os autores da pesquisa, prevaleceram nessas ações os grupos mobilizados por iniciativas locais de pequeno porte e os coletivos ou gabinetes de crise não formalizados, perfazendo um total de 65% das atividades levantadas. Já as organizações da sociedade civil formalizadas localmente foram responsáveis por 16,4% das iniciativas. Se o dado estatístico não chega a revelar as estratégias, de fato, dos moradores, ele nos indica que (a soma de) 81,4% das inicia-

tivas partem de agentes das próprias favelas – o que nos mostra uma forte organicidade na busca de soluções para as necessidades da população.

Outra importante informação sistematizada pelos pesquisadores se refere ao tempo de existência das organizações atuantes, já que muitas delas, mesmo os pequenos grupos, iniciaram suas ações antes da pandemia para o combate a outros tipos de problema. Em geral, quatro grupos majoritários foram identificados: aqueles com mais de 10 anos de existência (36%), os que foram criados em resposta à pandemia (28%), os que existem entre 4 e 9 anos (25%) e aqueles surgidos entre um e 3 anos (11%). O estudo ainda destaca a escala de abrangência das organizações e grupos, tendo a maior parte atuação restrita a uma favela/espço popular específico (32,1%) ou a um bairro (19,3%).

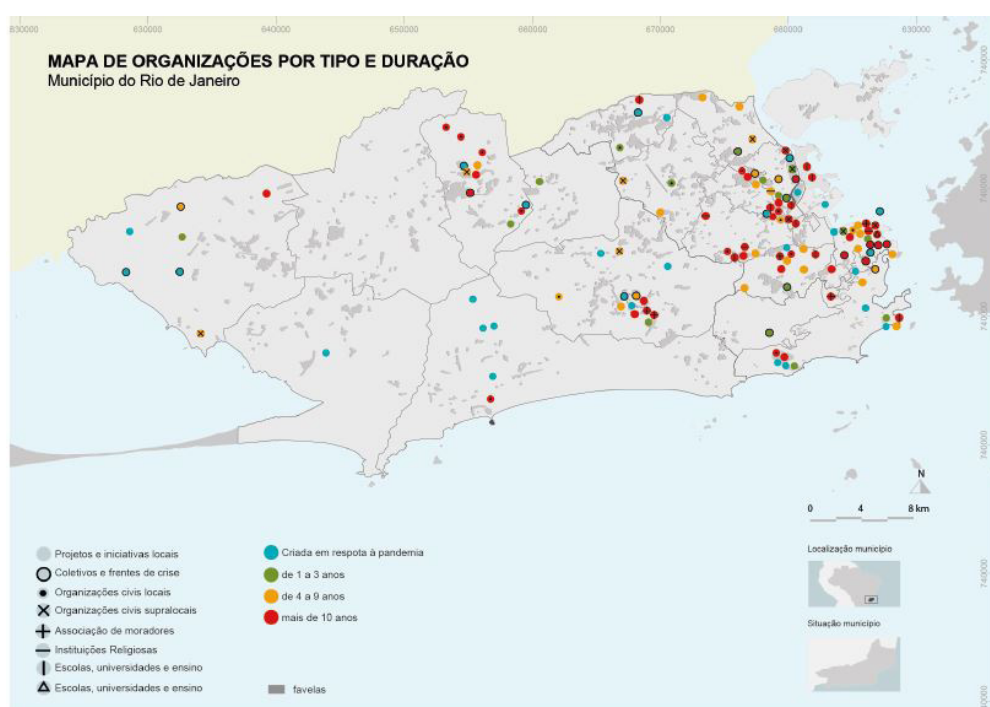


Figura 2: Distribuição das organizações protagonistas de ações de solidariedade na cidade do

Rio de Janeiro por tipo de atuação e tempo de existência.

Fonte: Braga et al. (2020).

Com relação aos recursos financeiros das ações, os autores afirmam que eles provinham quase exclusivamente de doações de pessoas físicas e de campanhas de financiamento com pouca participação do setor privado. Assim, os resultados da pesquisa evidenciam, mais uma vez, que o combate à pandemia nas favelas do Rio de Janeiro dependeu e depende essencialmente de movimentos e grupos de base local circuns-



critos às próprias favelas, muitos dos quais instituídos já no contexto da pandemia, financiados por parte da população através de doações individuais.

É preciso destacar que, entre as ações desenvolvidas, aquelas voltadas para a contagem de casos e óbitos⁴ vêm sendo fundamentais para o acesso à real dimensão das consequências da crise. A subnotificação de casos de covid-19, em geral no país, é alta, pois a testagem em massa não fez parte das políticas nacionais de monitoramento da pandemia⁵. Graças às iniciativas locais e comunitárias, foi possível compreender melhor as diversas formas de vínculo entre a disseminação da doença e as disparidades sociais.

Essas ações pouco têm visibilidade nos espaços externos às favelas. Contudo, existem organizações que se debruçam sobre a produção de notícias e informações, constituindo importantes canais de divulgação das ações dos moradores. Constituem canais que potencializam as falas da população, trazendo pontos de vista que não têm espaço nos meios hegemônicos. É o caso de veículos como o RioOnWatch⁶ e a Agência de Notícias das Favelas⁷ (ANF). O primeiro foi lançado em maio de 2010, pela organização Comunidades Catalisadoras⁸ como “um projeto na época pensado para **ampliar a visibilidade internacional às vozes das favelas** na prévia dos Jogos Olímpicos de 2016, a serem realizados no Rio de Janeiro”⁹ (grifos nossos). Nove anos antes, em 2001, a ANF já havia sido criada para “[...] atender a demanda da imprensa e da sociedade que precisavam obter informações sobre que acontecia no contexto das favelas do Rio de Janeiro”. Em 2005, ela foi “[...] instituída como uma ONG para levar adiante a luta pela democratização da informação da favela para o mundo, **tendo como protagonistas seus próprios moradores**” (grifos nossos). Os dois jornais aqui citados trabalham com pautas referentes a demandas das favelas e contam com a participação e colaboração de moradores na produção das matérias.

No contexto atual, esses veículos nos ajudam a dar nome aos dados sobre a questão das ações de enfrentamento da pandemia, como é o caso da série “Coronavírus no Dia a Dia das Favelas”, na seção “por Correspondentes Comunitários”, do RioOnWatch:

Nós, mobilizadores comunitários, que já estávamos trabalhando juntos para minimizar as questões das enchentes, percebemos que deveríamos estar ainda mais unidos para enfrentar a pandemia. Especialmente diante da falta de ação do poder público e da vulnerabilidade das favelas.

A iniciativa para ajudar os moradores se deu pela união dos grupos da Vila Aliança: o Núcleo Sociocultural Caixa de Surpresa, o grupo de Barbeiros e os times de futebol. Unidos conseguimos recolher doações e auxiliar os moradores de Vila Aliança e de favelas próximas como a Favela do Muquiço. Para enfrentar a pandemia unidos fomos aos bares, campos de futebol e praças, onde a população comentava e conversava sobre o assunto para passarmos informações. Agora, com mais propriedade e sa-

bendo as atitudes que deveríamos tomar para nos proteger desta grande batalha pela vida, a todo momento deixávamos claro para a comunidade que a luta era de todos por todos¹⁰.

No texto do agente comunitário os moradores e os grupos são sujeitos da história, as demandas são reais e os lugares da favela Vila Aliança são citados como espaços de sociabilidade. As estratégias são construídas coletivamente, com uma lógica própria de organização a partir das relações cotidianas. É possível que essa seja uma das ações capturadas nos dados do Observatório de Favelas, mas é possível que tenha escapado ao registro, dada a aparente espontaneidade da forma como foi produzida. A questão é que o relato ao mesmo tempo denuncia a condição e anuncia a força dos sujeitos imbricados na resposta às suas necessidades imediatas como comunidade.

Os veículos de comunicação de base comunitária colocam em evidência a potência das favelas, não apenas para a população externa a elas, mas, sobretudo, aos demais moradores dessas áreas. Talvez o exemplo mais significativo de veículo organicamente construído com essa intenção seja o jornal *A Voz das Comunidades*¹¹. Ele foi criado em 2005, por um menino de onze anos de idade, em uma escola municipal da comunidade do Morro do Adeus, no Conjunto de Favelas do Alemão. Assim o próprio jornal descreve o início da sua história¹²:

Aos 11 anos de idade, Rene Silva dos Santos, quando estudava na Escola Municipal Alcides de Gasperi, no bairro de Higienópolis, próximo da comunidade onde vive até hoje, no Morro do Adeus, criou o jornal *VOZ DA COMUNIDADE* após participar durante 3 meses de um jornal que já existia dentro da escola, criado por alunos do grêmio estudantil para mostrar o que acontecia dentro do ambiente escolar e propondo melhorias na qualidade de educação.

Rene insistiu muito pra participar do jornal escolar, pois geralmente quem entrava eram alunos dos últimos anos e ele ainda estava na 5ª série. Depois que entrou pra equipe do *JORNAL VIP*, nome dado ao folheto bimestral da escola, começou a observar mais os problemas sociais que existiam entre sua comunidade e a escola. “Eram muitos lixos pelas escadas, ruas cheias de buracos e falta de saneamento básico em muitos lugares” – conta Rene, que com apoio das diretoras Talma Romero Suane e das professoras Adelaide, Monica e Ivanise para criar um jornal pra mostrar a realidade dos moradores do Morro do Adeus.

Hoje, Rene é editor-chefe do jornal, que mantém a proposta de apresentar as narrativas e pontos de vista dos moradores das favelas. Em meio à crise sanitária, econômica e política vivida no país e em especial no Rio de Janeiro, o jornal apresenta dados atualizados do coronavírus nas favelas, notícias de ações de enfrentamento e divulgação de moradores vitimados pela doença. Há um elemento na sua história que chama



a atenção: ele foi criado em uma escola pública municipal. Esse fato coloca novamente na discussão a questão do direito à educação como algo que deve ser entendido de maneira ampliada. Estamos falando do direito ao acesso a conhecimentos, a formas de produção de conhecimento, a possibilidades de construção de relações sociais e de condições para que tudo isso aconteça. No momento atual, há uma linha tênue que liga esse direito ao direito à vida.

A NEGAÇÃO E A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO E O DIREITO À VIDA NAS FAVELAS

Algumas análises da taxa de letalidade, por exemplo, revelaram a influência da escolaridade no desfecho de casos de Covid-19. Estudo realizado com base em informações obtidas em diferentes municípios brasileiros, no mês de maio de 2020 (Batista et al., 2020), apontou forte relação entre o número de óbitos e o nível de escolaridade e com a cor ou raça do paciente. Os pesquisadores perceberam que enquanto 71% dos pacientes sem escolaridade faleceram, 23% dos que tiveram esse mesmo desfecho possuíam ensino superior. Isso significa dizer que as chances de sobrevivência dos pacientes estão relacionadas, em grande medida, ao acesso à escolarização e que “[esse] efeito pode ser resultado de diferenças de renda, que geram disparidades no acesso aos serviços básicos sanitários e de saúde” (Batista et al., 2020, p. 5), além das desigualdades na garantia do próprio direito à educação.

Quando se examina o nível de escolaridade das pessoas que vivem nas favelas cariocas, percebe-se que esse direito foi e está sendo negado de maneira contundente há muito tempo. A partir da análise da distribuição espacial da população com 15 anos ou mais de idade sem instrução ou com o Ensino Fundamental¹³ incompleto (Figura 3) é possível concluir que os bairros onde há presença significativa de favelas apresentam indicadores que chegam, nos piores casos, a 87% de pessoas jovens e adultas que não finalizaram o nível elementar da educação brasileira. O quadro revela não só a dificuldade do poder público em garantir a permanência e a conclusão da educação básica pelas crianças e adolescentes das classes populares, como também a falta de políticas que assegurem o direito à educação de jovens e adultos trabalhadores.

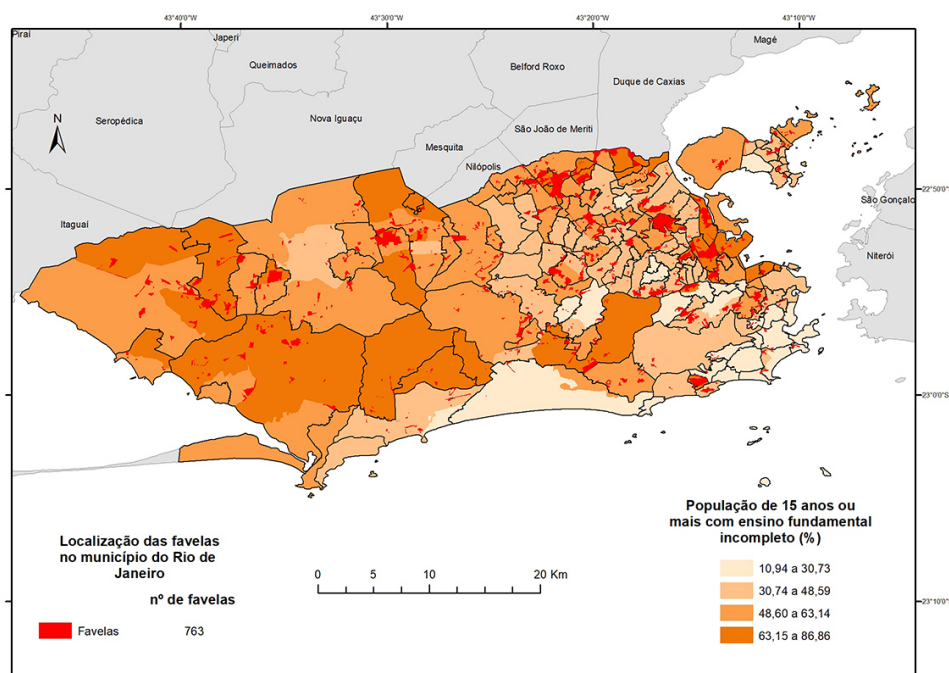


Figura 3: População com 15 ou mais anos sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto na cidade do Rio de Janeiro (2010).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Organizado por Emilio Reguera Rua.

Como a educação é um direito social e humano que, em muitos sentidos, pode favorecer à luta e à conquista de outros direitos básicos, dentre os quais o direito à saúde, à moradia e ao trabalho digno, julga-se essencial conhecer e compreender a situação das escolas e do processo de escolarização das crianças e jovens dos territórios das favelas no atual contexto de pandemia da covid-19.

Atualmente, a situação de excepcionalidade tem sido pretexto para uma redução do papel da educação e das escolas públicas. O seu caráter de espaço de socialização e os seus sentidos construídos com a comunidade vêm sendo tensionados por agentes empresariais e pelo próprio Estado. O *direito à educação* se converte nos *direitos de aprendizagem*, presentes nos atuais textos e discursos políticos que tentam impor às escolas uma função principal de repasse de conteúdos prescritos. No entanto, as escolas são os prédios onde desabrigados de enchentes e deslizamentos buscavam abrigo, espaços apropriados pelas comunidades em festas e reuniões diversas, espaços onde as mães deixam seus filhos em segurança enquanto trabalham. Neste período, são vários os relatos de diretores e professores sobre mães, pais e avós que os procuram para algum tipo de ajuda, seja por comida ou emprego. Ainda em 2020, professores de escolas da favela Vila Cruzeiro fizeram uma campanha de arrecadação de recursos para a compra de cestas básicas (Figura 4).



apoio: VILA CRUZEIRO RJ [facebook]

ATENÇÃO!

PROFESSORES FAZENDO A CHAMADA!

VILA CRUZEIRO URGENTE

PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DA VILA CRUZEIRO CONVOCAM AMIGOS E COLABORADORES PARA UMA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE FUNDOS PARA COMPRA DE CESTAS BÁSICAS PARA FAMÍLIAS EM DIFICULDADE POR CONTA DA QUARENTENA

ITAU Ag.0312 // Conta 37266-7/500
CPF 026183367-71 Claudia Regina Sacramento de Souza

#FIQUEEMCASA

apoio: www.interiortvrj.com

arte: Marcus Galvão

Figura 4: Material de divulgação de campanha de arrecadação de recursos para as redes sociais.

A iniciativa foi importante, porém, quando observamos nos dados do Observatório de Favelas, vemos que ela está dentro de uma categoria de 5% referentes às ações de escolas e universidades. O fato nos leva a refletir sobre as distâncias entre as instituições e as comunidades e sobre lutas cotidianas dos moradores por direitos básicos constantemente negados. Direitos que, na cartilha do capital, são interpretados como serviços e submetidos a racionalidades de mercado e de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos de enfrentamento dos impactos da pandemia em curso nas favelas da cidade do Rio de Janeiro são reveladores dos conflitos inerentes às nossas relações sociais e estruturas políticas. Enquanto no dia 16 de janeiro de 2021, o “Painel Covid-19 nas Favelas¹⁴⁷” anunciou o número acumulado de mil mortos pela doença nas

favelas cariocas, o ano de 2020 teve a marca de 1.245 vítimas fatais por intervenção do agente do Estado¹⁵ – termos institucionais para classificar as mortes em ações e operações policiais. A epidemia é um evento drástico e atinge as favelas do Rio de Janeiro combinada com outros tantos já em curso, que fazem com que ganhem uma configuração própria, em cada favela, ao seu modo. Quer dizer, a pandemia não é a mesma nos bairros de classe média e nas periferias da cidade. A “cidade do colono”, como diria Fanon, não precisa lidar com a ameaça do coronavírus em conjunto com a fome, a violência policial, o desemprego e o somatório de outras tantas doenças socioespacialmente distribuídas.

Mas, a população das favelas tem de enfrentar essa nova ameaça de morte combinada às anteriores; a mesma população se vê agora tensionada também por novos padrões de comportamento protocolares sanitários, e que são rapidamente incorporados aos antigos códigos culturais de distinção. Porém, as denúncias das questões estruturais, das perversidades do sistema e dos processos de reprodução de relações de opressão, porém, não são um retrato definitivo da questão. Em meio às estruturas e as manifestações das políticas, existem os sujeitos que recebem, enfrentam, incorporam, negam, mimetizam, reinventam e se inventam, nas condições historicamente existentes.

A luta das populações das periferias pelo reconhecimento dos seus direitos elementares, hoje, se inscreve nas lutas pela manutenção da vida, uma vez que esses sujeitos estão submetidos às forças de um Estado que assume, em grande medida, pressupostos de soberania pautados na necropolítica (MBEMBE, 2018). Isso nos leva a concluir que o direito à vida passa pelas possibilidades de participação política e de participação nas políticas. Passa, portanto, pelas possibilidades de se apropriar das ações e dos espaços da política. Talvez o direito à saúde e o direito à moradia sejam os mais explícitos, nesse sentido. Mas, entendemos que o direito à educação também se articula de maneira visceral a esse debate. Afinal, não é coincidência que apenas 5% das ações envolvidas nesse período sejam oriundas de escolas e universidades, assim como não é coincidência que os dados aqui mostrados indiquem uma relação entre escolaridade e mortalidade.

Em meio a recusas, e negações de direitos, as periferias inventam suas vidas. Por baixo das camadas de notícias, informações e análise *sobre* as favelas, existem os moradores, os sujeitos que habitam esses espaços, produzindo formas próprias de lidar com as adversidades impostas pelo sistema, não apenas resistindo a elas, mas produzindo conhecimentos, fortalecendo relações de pertencimento e construindo suas histórias e seus espaços. Do menino de onze anos do Conjunto de Favelas do Alemão que iniciou a construção de um veículo de comunicação, aos moradores da Vila Aliança que desenvolveram formas solidárias de lidar com o drama da precariedade material para enfrentar os desdobramentos da pandemia, passando pela produção e sistemati-



zação de dados, feita pelo Observatório de Favelas, pulsam as potências das relações construídas nesses espaços, pelos seus habitantes.

NOTAS

1. Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS). Disponível em < <https://covid19.who.int/>>. Acessado em 01 de maio de 2021, às 10h40min.
2. Esclarecemos que o nosso conhecimento sobre as perspectivas dos professores daquelas escolas se dá por dois motivos. O primeiro, informal, pelo fato de os autores deste texto terem sido professores das redes públicas municipal e estadual do Rio de Janeiro e com isso terem contatos e conversas frequentes com professores e as escolas, ainda hoje. Segundo, por ações institucionais formais, como pesquisas com docentes da educação básica, projetos de extensão universitária e atuação em cursos de formação continuada com professores dessas escolas.
3. Fonte: site do Observatório de Favelas, disponível em < <https://of.org.br/nossa-historia/>>, acessado em 10 de maio de 2021, às 17h50min.
4. Dentre os quais, destacam-se, entre outros: Painei Unificador Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro (<https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7>), Voz das Comunidades (<https://painel.vozdascomunidades.com.br>), Corona nas Favelas – Frente Maré (<https://datastudio.google.com/u/0/reporting/ceb26582-afc7-4357-b65f-3727c18b3d5a/page/rYxKB>), Painei Covid-19 Santa Marta (https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Painei_Covid-19_Santa_Marta), Painei Covid-19 na Rocinha (<https://falaroca.com/category/coronavirus>).
5. É importante lembrar a postura negacionista da Presidência da República em relação à pandemia. Tal postura causou reflexos negativos em várias políticas necessárias, como a inexistência de testagem em massa, a falta de incentivo ao distanciamento social e uso de máscaras através de publicidade oficial, além do mundialmente conhecido comportamento do próprio presidente do país ao provocar aglomerações e emitir declarações contrárias que desacreditavam os efeitos sanitários da pandemia. Ver reportagens: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/relembre-as-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia,61d-222c42a1a30f2cde281a03976f712il3firg8.html>>, <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/03/4910658-em-recorde-de-mortes-diarias-governo-coleciona-falas-que-minimiza-a-pandemia.html>>.
6. Ver site <<https://rioonwatch.org.br/>>.
7. Ver site <<https://www.anf.org.br/>>.
8. Organização que funciona como uma rede colaborativa de ações internas e outras de origem externa às favelas. Ver site <<https://comcat.org/>>.
9. Disponível em <https://rioonwatch.org.br/?page_id=2>, acessado em 13 de maio de 2021, às 22h15min.
10. Trecho extraído do texto “Coronavírus no Dia a Dia das Favelas, Parte 6: Vila Aliança se

Mobiliza pelo Isolamento Social, de Wilson Correa, articulador comunitário na favela Vila Aliança, disponível em <https://rioonwatch.org.br/?p=46400#prettyPhoto>, acessado em 13 de maio, às 23h40min.

11. Ver site < <https://www.vozdascomunidades.com.br/> >.

12. Disponível em < <https://www.vozdascomunidades.com.br/nossa-historia/> >. Acessado em 13 de maio de 2021, às 17h30min.

13. No sistema educacional brasileiro, o Ensino Fundamental é o nível de escolaridade obrigatório e elementar indicado para crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos de idade.

14. Seção do jornal “A Voz das Comunidades”, disponível em <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/painel-covid-19-nas-favelas-registra-1-000-mortes-em-comunidades-do-rio/>. Acessado em 14 de maio de 2021, às 19h.

15. Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro. Ver site <http://www.isp.rj.gov.br/>.

REFERÊNCIAS

A VOZ DAS COMUNIDADES, (2021). Disponível em: <<https://www.vozdascomunidades.com.br/>>. Acesso em: 13 de maio de 2021, às 17h30min. (Jornal online).

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS (2021), Disponível em <<https://www.anf.org.br/>>. Acesso em: 13 de maio de 2021, às 20h30min (Jornal online).

BARBOSA, Jorge L.; SILVA, J. S. (2013). As favelas como territórios de reinvenção da cidade. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 115-126, fev. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9062>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BATISTA, Amanda et al. (2020). Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. Nota técnica 11/2020. Rio de Janeiro: Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde - NOIS/PUC-RJ, Disponível em: <https://sites.google.com/view/nois-pucrio/publica%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRAGA, A.; BARBOSA, K.; BARBOSA, J. L.; TEIXEIRA, L. (2020). *Ações populares de combate à pandemia no Rio de Janeiro: a favela como referência. Mapa social do Corona*. 11 ed. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2020. Disponível em: <http://of.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Mapa-Social-do-Corona-11-1.pdf> Acesso em: 10 mai. 2021.

CARLOS, A. F. A. (2016). A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto.

COMERFORD, J. (2020). “Fique em casa!” Mobilidade, mobilização e território na pandemia. In: BERNO, A. W.; MARIN, R. E. A.; MELO, E. A. (Orgs.). *Pandemia*



- e território*. São Luís: UEMA Edições/ PNCSA.
- FANON, F. (2005). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF,
- FLEURY, S.; MENEZES, P. (2020). Pandemia nas favelas: entre carências e potências. Saúde em debate, Scielo Preprints, out. 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1319>. Acesso em: 14 de maio de 2021.
- HARVEY, D. (2020). Política anticapitalista em tempos de covid-19. In: DAVIS, M.; HARVEY, D.; BIHR, A.; ZIBECHI, R.; BADIOU, A.; ZIZEK, S. *Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos*. Brasil, 2020.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2020). Aglomerados Subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. Nota técnica 01/2020. Rio de Janeiro: IBGE.
- MBEMBE, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS (2021). WHO coronavírus (COVID-19) Dashboard. Disponível em <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 01 de maio de 2021.
- RIOONWATCH (2021). RIOONWATCH - Jornal online. Acesso em: 13 de maio de 2021, às 23h40min
- SANTOS, M. (1994). O retorno do território. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- VALLADARES, L. do P. (2005). *A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

